



HORAS NO TRABALHO VALEM PARA A ESCOLA? REGIME DE ALTERNÂNCIA COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO CURSO OPERAÇÕES BÁSICAS DE HOSPEDAGEM – PROEJA- CERTIFIC DO IFSC – GAROPABA

Juliani Brignol Walotek¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto, a análise do curso piloto de qualificação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC), campus Garopaba. O objetivo é apresentar uma metodologia que alterna a carga horária de sala de aula com a carga horária no trabalho na empresa. O referido curso integra os anos finais do Ensino Fundamental com a Educação Profissional. Tem a duração de um ano e meio, sendo que os alunos vêm para a instituição três vezes por semana e 40% das horas totais do curso é contada no seu local de trabalho. Com essa metodologia espera-se que o estudante/trabalhador, tenha conhecimentos adquiridos ao longo de sua experiência profissional validados e aproveitados como base para uma educação mais focada na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: Tempo-escola/Tempo-trabalho, Regime de Alternância, Carga horária diferenciada.

INTRODUÇÃO

Em 2013, as Pró-reitorias de Ensino e de Extensão do IFSC, visando contribuir com a missão dos Institutos Federais, especialmente no que diz respeito a inclusão social de trabalhadores pouco escolarizados, formularam a proposta para a Integração dos Programas: Proeja, CERTIFIC² e Mulheres Mil. Quatro campus aderiram à proposta lançando em 2014,

¹Professora e Articuladora do Curso Proeja-Certific: Operações Básicas de Hospedagem no IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina); Garopaba, Santa Catarina.

²A Rede Nacional de Certificação Profissional foi criada em 2009 a partir de uma ação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Emprego, consolidada por meio da portaria 1.082 de 20/11/2009. Busca: “constituir-se como uma política pública de inclusão social que estimula o retorno dos trabalhadores à escola, quando prevê o reconhecimento e a validação de saberes construídos ao longo de suas trajetórias de vida e de trabalho, dando-lhes a oportunidade de prosseguimento de estudos e/ou exercício de atividades laborais”.

A Rede garante de forma gratuita que as pessoas participem de um processo de certificação profissional, este processo permite que sejam reconhecidos saberes profissionais necessários ao mundo do trabalho e disponibiliza o acesso à formação profissional e à elevação da escolaridade. Assim, a oferta do CERTIFIC vinculado a um PROEJA FIC amplia a possibilidade de formação integral do cidadão e atende ao art. 2º da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de

o projeto-piloto que integra o Proeja ao CERTIFIC com metodologias diferenciadas e adaptadas à realidade dos estudantes\trabalhadores. Baseado na Pedagogia da Alternância, o *campus* Garopaba adotou o princípio educativo de reconhecer o Tempo-Trabalho como parte da formação profissional. O objetivo dessa estratégia educativa é valorizar as experiências do estudante\trabalhador e, dessa forma, otimizar a carga horária de sala de aula no processo de conclusão do Ensino Fundamental. O curso intitulado Operações Básicas em Hospedagem é ofertado para o segundo segmento do ensino fundamental e prevê três módulos (semestres) com encontros três vezes por semana, que totaliza ao final do terceiro módulo, entre o Tempo Trabalho e Tempo Escola, 1400 horas. Dessa carga horária total, mais de 40% está contabilizada no Tempo Trabalho, através do acompanhamento dos alunos nos locais de trabalho e na verificação dos saberes profissionais de cada trabalhador. A ocupação de camareira é a base do curso e também do reconhecimento e validação dos saberes profissionais.

No Brasil uma parcela significativa da população ainda não conseguiu concluir seus estudos em Nível Fundamental. São homens e mulheres que foram excluídos do processo educacional pelas contingências de vida, na ampla maioria dos casos, com históricos de fracasso, evasão e exclusão dos meios educacionais. Diante disso, olhar para a Educação de Jovens e Adultos é olhar para as histórias destas pessoas, dando-lhes a oportunidade de novas experiências de escolarização.

A EJA está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Decreto 9.394/1996), cujo o art. 37 deste documento diz:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e estabelece, que “[...] no âmbito de sua atuação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.”

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Na legislação educacional vigente fica clara a necessidade de se articular a EJA com a Educação Profissional, reiterada no art. 40 que legisla sobre a Educação Profissional e Tecnológica: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

O Decreto Nº 5840 de 1996 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), buscando articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação básica. Este projeto propõe integrar os conhecimentos “por meios de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade dos sujeitos sociais que constituem o público beneficiário”.

Mais uma vez foi reiterada a centralidade do trabalho como princípio educativo. Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelo IFSC está inovando e trazendo uma discussão que há muito tempo precisa ser observada e debatida, que refere-se a carga horária da EJA. Ao assumir a formação integrada entre o Ensino Fundamental e a qualificação profissional, lida-se com grandes desafios, uma vez que a atenção deve voltar-se à formação para a vida e para o mundo do trabalho, em uma perspectiva democrática e inclusiva.

O curso atende a estudantes que chegam ao ambiente escolar, muitas vezes, com conhecimento tácito, não formal e estruturado, que advém da sua prática, do seu cotidiano. É partindo daí que se concentra a atuação do docente; instigando o estudante\trabalhador a aprender. Sua formação deve ser global, visando a uma atuação crítica e reflexiva no meio social, ampliando assim, sua leitura de mundo. Dessa forma, podemos refletir com Paulo Freire: “[...] é preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado” (1996, p. 131-132). Com isso, pode-se destacar, que um ponto fundamental deste projeto é o respeito aos educandos e seus saberes, suas potencialidades, percebendo-os como sujeitos de suas aprendizagens e protagonistas do processo educacional.

Um dos pilares centrais deste projeto é a possibilidade de elevar a escolaridade destes trabalhadores e trabalhadoras, oferecendo-lhes a oportunidade de legitimar os seus saberes por meio dos processos de certificação. Entende-se que partindo dos saberes que já trazem é possível resgatar a autoestima, valorizando a sua atuação profissional, dando crédito ao seu fazer. Ao mesmo tempo, novamente dialogando com Freire, entende-se que partir das experiências dos sujeitos não significa ficar estagnado nelas, aligeirando o conhecimento, mas buscar a sua ampliação, ou, nas palavras do autor “pôr-se a caminho, ir-se, deslocar-se de um ponto a outro e não ficar, permanecer.” (2000, p. 70-71) [*grifos do autor*].

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO E METODOLÓGICO

A Pedagogia da Alternância surgiu na França na década de 1930 e se constituiu como uma possibilidade para que os agricultores franceses pudessem estudar e permanecer no meio rural. É uma metodologia cujo cerne está na integração do espaço escolar com o espaço do trabalho. Desde então, princípios da alternância vêm sendo usados para se articular à escolarização com o mundo do trabalho dos sujeitos. Para Cruz e Torres (2010, p. 413), Pedagogia da Alternância “é, ainda, a pedagogia da cooperação, porque busca articular a formação fazendo uma integração de dois espaços distintos: a escola e o meio”.

A opção metodológica adotada no curso, não foi pelo uso da Pedagogia da Alternância com toda a sua metodologia e princípios específicos e sim do Regime de Alternância que busca instrumentos e perspectivas para se articular o cotidiano de mulheres e homens trabalhadores, tornando a aprendizagem mais significativa, o conhecimento mais concreto e mais próximo da realidade vivida por cada um deles. Desse modo, teoria e prática devem andar juntas, caminhando para uma formação integral. A ideia é de prever tempos dedicados à aprendizagem formal no ambiente escolar e tempos para que os estudantes possam aplicar estes conhecimentos no seu ambiente de trabalho, de forma sistematizada e orientada. Da mesma forma, elementos do cotidiano do trabalho também subsidiarão o que será aprendido em sala de aula, no caso dos estudantes deste curso, na sua atuação nos meios de hospedagem.

METODOLOGIA DO CURSO

A metodologia do curso Proeja-Certific Operações Básicas de Hospedagem, prevê 40% da carga horária do curso no trabalho e os outros 60% na escola. Nesse sentido, são adotadas fichas para o acompanhamento do estudante no Tempo Trabalho, bem como elementos são trazidos para a formação da qualificação profissional em sala de aula. No primeiro momento do curso é feito um levantamento sobre a realidade social e econômica dos educandos. Com o Inventário da Realidade³, as atividades integradoras e motivacionais e a inscrição no processo de certificação profissional (CERTIFIC), tem-se o primeiro momento do projeto-piloto. Com esses dados, a equipe de professores e coordenação pedagógica tem os subsídios para concretizar a metodologia do “Tempo Escola” e “Tempo-Trabalho”. Sendo assim, dividiu-se a turma em quatro grupos: os trabalhadores formais, os trabalhadores informais que não tem carteira assinada, mas exercem as mesmas funções que os “formalizados”. Os que trabalhavam em outras atividades diferentes (pois a certificação se dá numa função específica do Catálogo Nacional de Ocupações, que é a de camareira) e um último grupo que são os desempregados. Para cada grupo de trabalhadores foi desenvolvida uma ficha de acompanhamento profissional e\ou atividades para o Tempo-Trabalho. Essas fichas têm a função de sistematizar o acompanhamento do estudantes\trabalhadores no trabalho. As mesmas, foram entregues para os donos de pousadas, garantindo o acompanhamento dos trabalhadores formais. Para os “patrões”, no caso das camareiras “informais” e\ou empregadas domésticas e fichas específicas para trabalhadores que não exerciam o ofício de camareira, mas se mantinham dentro do segmento da governança. Já para os desempregados, foi criado um termo de parceria com uma pousada, no primeiro módulo do curso, para que pudessem observar os trabalhadores no horário de trabalho e registrar as atividades. Numsegundo módulo, esses estudantes praticaram o “Tempo-Trabalho” com ações de pesquisa e atividades de extensão, como o Cine-proeja⁴, visitas técnicas a hotéis e pousadas, bem como atividades extracurriculares, para garantir as horas que não são realizadas no âmbito da escola e que são contabilizadas na carga horária geral do curso.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

³ Trata-se de um questionário detalhado sobre a prática profissional do educando.

⁴ Momento em que os alunos que não estavam trabalhando na área e os desempregados, poderiam vir à escola para assistir filmes e debater com os colegas e mediadores, temas relacionados a profissão e a cidadania.

Até o presente momento, como o curso ainda está em andamento podemos apontar três resultados que já são relevantes. O primeiro deles diz respeito a evasão, que está em torno de 30%, índice abaixo do que mostram outros estudos que pesquisaram a evasão na EJA. Tendo em vista a satisfação dos Estudantes Trabalhadores e a motivação pelas aulas e conteúdos, tanto propedêuticos quanto técnicos, pois os educandos se sentem valorizados, trabalham mais conscientes das suas práticas, levam para o trabalho o que aprendem na escola e trazem para a escola o que executam e melhoram na sua prática profissional. São realizadas, esporadicamente, avaliações com os alunos e com as pousadas, para ter esse *feedback*.

Um segundo resultado a ser debatido é a desburocratização dos processos internos do IFSC. Com a experiência dos projetos pilotos e depois dos debates realizados no II Fórum EJA do IFSC foi implantado o edital de vagas remanescentes, onde as vagas são novamente abertas para a comunidade em geral. E assim, outros cursos do âmbito geral da Instituição começaram adotar essa forma de ingresso. Abriu-se realmente as portas da “escola” para quem quer estudar. Respeitando o tempo desse trabalhador, que muitas vezes demora um pouco mais a amadurecer a ideia de retorno aos bancos escolares e que muitas vezes ficava sem a vaga, pois já havia se encerrado os processos e editais de ingresso. Esse é um dos méritos dos projetos pilotos e dos encaminhamentos realizados por conta do II Fórum Eja do IFSC no ano de 2014.

E por fim, não menos importante para essa discussão, é a articulação que o curso faz com os meios de hospedagem da cidade de Garopaba e Imbituba. Elevando assim a profissionalização do segmento de governança, bem como a valorização desse setor, tanto em termos econômicos, quanto no sentido da categoria de camareiras. Como exemplo, a utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), os quais as camareiras começam a reivindicar nos Meios de hospedagem onde trabalham, bem como outras atividades que possam estar prejudicando não só a saúde do trabalhador, mas o caráter não profissional dessa atividade no território. E sendo a região muito turística o curso vem somar qualidade e profissionalização a uma das atividades de maior impacto no setor que é a Hospitalidade.

Diante do exposto, a proposta do Curso PROEJA/CERTIFIC Operações Básicas de Hospedagem do IFSC Campus Garopaba se constitui uma possibilidade educativa de educação não excludente, emancipadora, que dê credibilidade a todo conhecimento que o

estudante desenvolveu ao longo de sua trajetória de vida e da sua prática profissional. Busca-se uma educação dialógica, na qual o trabalho possa estabelecer-se como princípio educativo, contribuindo com processos de aprendizagem que se efetivarão no e pelo trabalho.

REFERÊNCIAS

BOEMER, L. A. P.; MIRANDA, M. S. de; LOIO, M. P.; FERREIRA, V. L. (Orgs.). **Escola e Vida: uma experiência pedagógica de estudo por complexos em assentamentos do MST no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2013.

BRASÍLIA (DF). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/1996 Brasília**. MEC/SEF, 1996. Secretaria do Ensino Fundamental.

_____. **Portaria nº 5 de 25 de abr. de 2014**. Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego.

_____. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Documento Base. Brasília: MEC, ago. de 2007.

_____. **Programa de Reestruturação da Rede Certific**. Documento Orientador de Reestruturação. Brasília: MEC, 2013.

CRUZ, N. A.; TORRES, A. A. M. Pedagogia da Alternância: uma metodologia própria e apropriada das escolas famílias agrícolas protagonizada pelos camponeses. In: Seminário Nacional, 3. e Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia de 11 a 13 de agosto de 2010, 1., **Anais...** UFSC, Florianópolis, SC.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, J. C. **A alternância na formação**. Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das MFRs (tradução Thierry De Burghgrav). Paz e Terra Paris, 1998.

HILZENDEGER, M. S. Avaliação por Portfólio no Ensino Profissionalizante: uma experiência significativa. **Caderno de Publicações Acadêmicas**, IFSC, v. 1, n. 1, 2012.

KANGERSKI, F. de A.; COSTA, C. F.; AMORIM, T. P. P. Educação Profissional em Turismo, Hospitalidade e Lazer no IF – Campus Garopaba: Subsídios para a Formação de um Itinerário Formativo. In: Anptur: Turismo e Patrimônio, 9. **Anais...** São Paulo, ago. 2012.